

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16º REGIÃO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA GP/TRT16 nº 42/2024

São Luis/MA, janeiro de 2024

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as diretrizes de gestão socioambientais previstas na Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça, em especial, quanto aos indicadores de consumo de copos descartáveis e papel A4;

CONSIDERANDO a atualização do PLS TRT16 para o biênio 2023/2024 que recomenda maior redução no consumo de copos descartáveis e papel A4, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça monitora diversos indicadores socioambientais, consolidando-os no IDS-Índice de Desempenho de Sustentabilidade, o qual é utilizado como um dos critérios do Eixo da Governança para pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade;

CONSIDERANDO a necessidade de melhorar as ações de planejamento e gestão institucional visando estimular a adoção de padrões sustentáveis para os recursos naturais de bens públicos, adequada gestão de resíduos gerados, promoção de contratações sustentáveis, gestão sustentável de documentos, sensibilização e capacitação do corpo funcional, da força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas e qualidade de vida no ambiente de trabalho,

RESOLVE

- **Art. 1º.** Manter o limite anual de consumo de papel A4 e copos descartáveis, estabelecido na Portaria GP/TRT16 nº 274/2023, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, para o exercício 2024.
- **Art. 2º.** Fica incluída a Secretaria da Escola Judicial nas unidades relacionadas no §2º do art. 1º da Portaria GP/TRT16 nº 274/2023.
- **Art. 3°.** Os limites estabelecidos poderão ser reavaliados a qualquer momento, conforme as necessidades apresentadas e resultados obtidos no relatório socioambiental do TRT16 até o atingimento do parâmetro de referência do Balanço de Sustentabilidade do Conselho Nacional de Justiça.
- **Art. 4°.** As variáveis adotadas para o cálculo dos limites anuais de consumo de papelA4 e copos descartáveis também deverão ser atualizadas para que se mantenha a proporcionalidade do consumo.
- **Art.** 5°. Fica determinada a substituição de copos plásticos descartáveis por copos biodegradáveis em toda jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.
- **Art.** 6º. O Setor de Gestão Socioambiental ficará responsável por propor os ajustes anuais à Presidência do TRT16, com vista a alcançar os resultados de referência mencionados no Art. 3°.
- **Art. 7°.** Caberá ao Setor de Almoxarifado realizar o controle na liberação dos insumos em questão, observadas as médias mensais dos pedidos efetuados pelas unidades, para que não ultrapassem o limite anual estabelecido.
- **Parágrafo único.** As informações do consumo das unidades serão repassadas, mensalmente, ao Setor de Gestão Socioambiental para o devido registro, acompanhamento e controle.
- **Art. 8°.** Fica proibida a requisição do limite máximo estabelecido por unidade em uma única solicitação ao Setor de Almoxarifado
- **Parágrafo único.** As unidades deverão manter estoque mínimo, evitando, desta forma, armazenar materiais de consumo.
- **Art. 9º.** As solicitações acima do limite permitido deverão ser, previamente, apresentadas pelas unidades à Diretoria Geral, com as devidas justificativas para a excepcionalidade na liberação, a qual poderá autorizar ou não a entrega de copos e/ou papel acima das quantidades máximas determinadas.
- Art. 10. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência.

Publique-se no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e disponibilize-se no Sítio Eletrônico do Tribunal.

Desembargadora MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região



Av. Senador Vitorino Freire, Nº 2001, Areinha, 6º andar CEP 65.030-015 - São Luís - Maranhão (98) 2109 - 9306 / presidencia@trt16.jus.br



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA**, **Presidente**, em 18/01/2024, às 16:15, conforme art. 1° , III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <u>Autenticar Documentos</u> informando o código verificador **0094410** e o código CRC **1F03971F**.

Referência: Processo nº 000000238/2024 SE**I** nº 0094410